

## Recebimento da denúncia ou queixa: os arts. 396, *caput*, e 399 do CPP, com a redação da Lei nº 11.719/2008

**Autor: Renato Marcão**

Promotor de Justiça do Estado de São Paulo. Mestre em Direito Penal, Político e Econômico. Professor no curso de pós-graduação da Faculdade de Direito Damásio E. de Jesus, no curso de pós-graduação em Ciências Criminais da Rede Luiz Flávio Gomes e no curso de pós-graduação do Instituto Busato de Ensino. Autor de diversas obras

Publicado na edição 27 - 17.12.2008

Discussão atual das mais acirradas centra suas energias em definir o exato momento em que ocorre o efetivo recebimento da denúncia ou queixa no processo penal, e isso em razão das disposições trazidas com a Lei nº 11.719/2008.

Segundo pensamos, oferecida a denúncia ou queixa, caberá ao juiz proceder à análise da inicial acusatória sob o aspecto formal e verificar os elementos de prova que a instruem, e, sendo caso, **rejeitá-la liminarmente**, a teor do disposto no art. 395 do CPP, assim procedendo quando for manifestamente inepta; faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou faltar justa causa para o exercício da ação penal. Para ser viável, é imprescindível que a inicial acusatória esteja formalmente em ordem e substancialmente autorizada.

Não identificando qualquer das causas justificadoras da **rejeição liminar** e, portanto, entendendo viável a acusação, o juiz deverá proferir **despacho de recebimento** da peça acusatória e ordenar a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

Apesar da redação do art. 399 do CPP,(1) que também fala em recebimento da denúncia ou queixa, não há falar em mero **juízo preliminar de admissibilidade da acusação** por ocasião do art. 396, *caput*, do CPP.

A lei é clara ao determinar o efetivo recebimento da denúncia já por ocasião do art. 396 (...o juiz, se não a rejeitar liminarmente, "recebê-la-á"... ) e o curso do procedimento com a citação do acusado de molde a permitir que o processo tenha completada sua formação, como explicita o art. 363 do CPP, havendo harmonia entre esses dispositivos.

Para que se tenha por completa a formação do processo é imprescindível se estabeleça a relação triangular que envolve a acusação (oferecimento da peça acusatória), o juiz (recebimento formal da acusação) e o réu (citação válida). Entender que o recebimento da denúncia só ocorre por

ocasião do art. 399 do CPP acarreta negar vigência ao art. 363 do mesmo *Codex* e também vigência parcial ao art. 396.

A técnica jurídica está explícita. A lei fala em **rejeição** da denúncia ou queixa e **absolvição** sumária, tendo entre elas o **recebimento** e a **citação**. **Rejeição**, como é óbvio, antes do recebimento da inicial acusatória. **Absolvição sumária**, como também é reluzente, após a efetiva instauração da ação penal, pressupondo recebimento formal da acusação e citação; estando completa a formação do processo, como diz o art. 363 do CPP.

O art. 406 do CPP, com a redação da Lei nº 11.689/2008, **(2)** bem indica a opção do legislador no sentido de determinar o efetivo recebimento da inicial acusatória antes de mandar citar o acusado para apresentação de resposta escrita.

Não se seguiu, por aqui, a opção antes exposta no art. 81 da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais); no art. 38 da Lei nº 10.409/2002 (anterior Lei de Drogas, já revogada); e no art. 55 da Lei nº 11.343/2006 (atual Lei de Drogas), no sentido de permitir resposta à acusação precedente ao recebimento da peça inaugural.

Necessário observar, ainda, que o art. 397 do CPP estabelece hipóteses em que o juiz, analisando o conteúdo da resposta escrita, poderá/deverá decretar a absolvição sumária do acusado, e é sem lógica pensar possa ser proferida sentença absolutória sem que exista processo efetivamente instaurado, e se é certo que processo instaurado pressupõe inicial acusatória formalmente recebida, resulta inviável pretender que o recebimento efetivo só ocorra por ocasião do art. 399 do CPP, cuja redação remete ao passado ("recebida").

**Recebida** a denúncia ou queixa e não tendo ocorrido absolvição sumária, o juiz designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente.

Não há qualquer dúvida que o legislador deveria ter pautado por melhor técnica na redação dos arts. 366 e 399 do CPP. Os lamentáveis e evitáveis equívocos a que se tem prestado em matéria penal e processual penal são recorrentes, infelizmente, e bastante sintomáticos.

No sentido de que a inicial acusatória deve ser recebida já por ocasião do art. 396, *caput*, do CPP, conferir: Eugênio Pacelli de Oliveira, **Curso de Processo Penal**, 10. ed., Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2008, p. 640; Guilherme de Souza Nucci, **Código de Processo Penal comentado**, 8. ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008, p. 715; Luiz Flávio Gomes, Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto, **Comentários às**

**reformas do Código de Processo Penal e da Lei de Trânsito**, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008, p. 338; Rômulo de Andrade Moreira, A reforma do Código de Processo Penal – Procedimentos, **Revista Jurídica** n° 370, p. 117.

Em sentido contrário, Geraldo Prado(3) assim leciona:

“(...) oferecida a denúncia ou queixa e se não houver imediata rejeição, por aplicação do disposto no artigo 395 do Código de Processo Penal, o juiz determinará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, em dez dias. Somente depois disso é que o juiz poderá receber a inicial (artigo 399), caso não a rejeite à luz dos novos argumentos ou não absolva o acusado com fundamento em alguma das causas previstas no artigo 397 do mesmo estatuto.

Sob o ângulo prático esta interpretação/aplicação restitui as coisas aos seus devidos lugares e conforma a atividade da legislação ordinária a critérios constitucionais.

E, não menos importante, permite que a Reserva de Código opere em uma dupla dimensão garantista: reforçando a idéia do Código como ‘instrumento de acesso e interação com uma determinada realidade’;(4) e fundando a necessária racionalidade a possibilitar que a norma processual prevista no artigo 394, § 4º, do Código de Processo Penal cumpra a exigência constitucional de validade do sistema.”(5)

Nessa mesma linha de pensamento, conferir: Cezar Roberto Bitencourt e Jose Fernando Gonzales, **O recebimento da denúncia segundo a Lei 11.719/08**. Disponível na Internet: <http://www.conjur.com.br>.

Antonio Scarance Fernandes e Mariângela Lopes(6) denominam o primeiro despacho (art. 396, *caput*) como “recebimento preliminar” e concluem que o recebimento efetivo, sendo caso, somente se dará após o oferecimento da resposta escrita.

As posições doutrinárias estão postas claramente, e todas fundadas em fortes argumentos que reclamam cuidadosa reflexão.

As conseqüências práticas de se adotar uma ou outra não se limitam ao debate ideológico ou acadêmico.

Resta aguardar para ver o entendimento que, enfim, prevalecerá na Suprema Corte.

## Notas

1. Recebida a denúncia ou queixa (...).

2. Art. 406. O juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

3. Sobre procedimentos e antinomias. **Boletim IBCCrim** nº 190, set. 2008, p. 5.

4. CHOUKR, Fauzi Hassan. **Processo Penal de Emergência**. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2002. p. 26.

5. PASTOR, Daniel R. **Recodificación Penal y Principio de Reserva de Código**. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005. p. 11.

6. O recebimento da denúncia no novo procedimento. **Boletim IBCCrim** n. 190, set. 2008, p. 2.

**Referência bibliográfica** (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

**MARCÃO, Renato.** *Recebimento da denúncia ou queixa: os arts. 396, caput, e 399 do CPP, com a redação da Lei nº 11.719/2008.* **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 27, dez. 2008. Disponível em:  
< [http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao027/renato\\_marcao.html](http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao027/renato_marcao.html) >  
Acesso em: 19 ago. 2009.